

A INFLUÊNCIA DA OCDE NO ENSINO MÉDIO DA AMAZÔNIA PARAENSE

ALINE GOMES DE SOUZA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
aline.souza@neb.ufpa.br

VIVIANE BEZERRA DOURADO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
vivianedrd2@gmail.com

JESSICA MESQUITA VASCONCELOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
jessica04102000@gmail.com

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

Este texto tem por finalidade apresentar os resultados e análises da pesquisa intitulada “A influência da Organização para Cooperação e desenvolvimento Econômico (OCDE) no Ensino Médio da Amazônia Paraense: uma análise dos documentos oficiais”, que buscou atingir os seguintes objetivos específicos: relacionar os objetivos da OCDE com a reforma do Ensino Médio vigente no Brasil, com ênfase no Estado do Pará; analisar as convergências discursivas e ideológicas entre as orientações da OCDE e o Documento Curricular do Estado do Pará (DCEPA) para o Ensino Médio.

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, voltada à obtenção de dados de natureza descritiva, que, em alguns casos, já incorporam análises, bem como ao contato direto do pesquisador com a realidade investigada. Tal abordagem evidencia a preocupação com a apresentação da perspectiva dos participantes e/ou dos documentos selecionados (Lüdke e André, 2014).

Além disso, foram utilizados como documentos centrais de análise o relatório intitulado “A Educação no Brasil: uma perspectiva internacional”, realizado pela OCDE e encomendado pelo movimento Todos pela Educação, bem como documentos que permeiam o desenvolvimento das políticas públicas voltadas ao Ensino Médio, entre os



quais se destaca a Lei nº 13.415/17, que regulamenta a reforma desse nível de ensino. Parte-se de uma análise documental fundamentada em Shiroma, Campos e Garcia (2011, p. 430).

DESENVOLVIMENTO

A influência da OCDE na educação brasileira não se limita à prestação de consultoria técnica ou à elaboração de relatórios diagnósticos, mas se configura como uma forma de governança transnacional baseada em dados. Utilizam-se diferentes instrumentos, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), que funciona como um mecanismo de padronização e que, sob o discurso da promoção da equidade, impõe uma agenda neoliberal, subordinando a pedagogia aos interesses do mercado financeiro e sustentando um ideal de “homogeneização” educacional (Filho e Caldeira, 2025).

Krawczyk (2014) destaca que o papel do empresariado nesse processo é fundamental na Reforma do Ensino Médio, pois “hoje, com bastante frequência, a mídia afirma que o ensino médio brasileiro está em crise ou, em um tom mais alarmante ainda, fala do ‘apagão’ do ensino médio” (Krawczyk, 2014, p. 21). Tal discurso, baseado na retórica da catástrofe, serve como base para intervenções empresariais apresentadas, ao menos no âmbito do discurso, como salvadoras. A autora observa ainda que “um setor do empresariado assumiu lugar privilegiado na definição de políticas educativas nas secretarias estaduais de Educação” (Krawczyk, 2014, p. 22).

Assim, as propostas determinadas pelos “empresários da educação”, buscam “aplicar modelos de gestão empresarial ao âmbito educativo”, nas quais “as evidências e o pragmatismo tornaram-se, nos últimos trinta anos, as palavras de ordem na definição de políticas e o registro de experiências bem-sucedidas e resultados mensuráveis tornaram-se os conhecimentos privilegiados” (Krawczyk, 2014, p. 22).

No caso do Pará, essa influência é nítida quando o Documento Curricular do Estado do Pará (DCEPA) prioriza itinerários formativos que, embora prometam autonomia através do “Projeto de Vida”, na prática, condicionam as escolhas dos jovens às demandas econômicas locais e globais, esvaziando o caráter crítico do ensino.



A relação entre a OCDE e o estado do Pará também se expressa em parcerias recentes, como as avaliações de "Letramento Climático"¹, além da implementação da reforma do Ensino Médio em âmbito nacional. Para Akkari (2011), os organismos multilaterais exercem uma pressão para que os sistemas de ensino nacionais adotem modelos que desconsideram as especificidades culturais e territoriais. Dessa forma, ao submeter as diferentes regiões do Brasil, como a Amazônica, à uma avaliação internacional, ocorre um processo de invisibilização das realidades locais. Conforme aponta Shiroma (2014), a política educacional contemporânea é marcada por uma "estratégia de convencimento", na qual termos do campo progressista, como "sustentabilidade" e "escola integral", são apropriados e ressignificados para validar a entrada de interesses privados na gestão pública.

Para além disso, a relação entre as diretrizes da OCDE e a Reforma do Ensino Médio, promulgada pela Lei nº 13.415/2017, evidencia uma relação direta entre o projeto econômico global e a reestruturação da educação básica brasileira, uma vez que essa reforma não surge de um debate pedagógico democrático, mas é impulsionada pela necessidade de alinhar o sistema educacional aos padrões de produtividade exigidos pelo mercado internacional. Segundo Motta e Frigotto (2017), a contrarreforma do Ensino Médio opera uma "dualidade estrutural" modernizada, na qual a flexibilização curricular, por meio dos itinerários formativos, máscara a precarização da formação escolar, destinando aos jovens das classes trabalhadoras um ensino voltado ao pragmatismo técnico e ao empreendedorismo de subsistência.

No estado do Pará, a partir do documento curricular, essa relação torna-se ainda mais profunda, uma vez que o DCEPA foi elaborado à luz do que tange às mudanças promovidas na BNCC e das mudanças introduzidas na reforma do Ensino Médio. Dessa forma, o documento, embora apresente em seu conteúdo temas e conceitos importantes, em suas entrelinhas absorve a lógica da OCDE de "formar para a empregabilidade" e em um cenário de economia periférica da região.

CONCLUSÕES

¹ Link para acesso a notícia: Pará aplica Avaliação em Alfabetização Climática para 16 mil estudantes da rede estadual | SEDUC :: Secretaria de Estado de Educação.



Os resultados desta pesquisa revelam que a atuação da OCDE no Ensino Médio brasileiro, e especificamente no Pará, ocorre por meio de uma hegemonia que utiliza a chamada “governança pelos números” para legitimar decisões políticas e pedagógicas, sendo essa lógica também impressa nos documentos que permeiam a educação paraense, como o Documento Curricular do Estado.

Essa lógica numérica, traduzida em indicadores estatísticos que hierarquizam, categorizam, classificam e separam países, instituições, regiões, escolas e indivíduos em diferentes eixos, permite compreender que os números auxiliam na organização e na interpretação da dinâmica social, especialmente no que diz respeito às classes sociais, grupos e instituições. Os números servem tanto à exclusão quanto à inclusão e são amplamente utilizados na governança e na dominação, sobretudo na perspectiva gerencialista.

E com isso, ao operar de acordo com a lógica numérica e relatórios internacionais, a OCDE se consolida como uma “potência” que influencia a educação brasileira e a de outros países subdesenvolvidos, perpetuando sua ideologia, visão e valores e, conseqüentemente, seu poder, ao ocultar, revelar e legitimar decisões e programas direcionados a interesses econômicos, tecnológicos e sociais.

Observa-se uma convergência direta entre as estratégias recomendadas no Relatório da OCDE (2021) e a estrutura do Documento Curricular do Estado do Pará - DCEPA (2021). Enquanto a OCDE sugere vincular os gastos com educação aos resultados e aumentar a "relevância" do ensino para os alunos, o DCEPA materializa essas orientações através de uma arquitetura curricular focada em competências e voltada para o "mundo do trabalho", partindo da ideia do Projeto de vida.

Além disso, nota-se uma divergência conceitual no documento paraense, que se utiliza de uma "maquiagem" discursiva ao citar autores progressistas e termos como "omnilateralidade" e "formação humana integral", contudo, as análises revelam que essa retórica se distancia da aplicação prática, uma vez que a centralidade do currículo é deslocada para a aquisição de competências instrumentais demandadas pelo mercado, perpetuando a teoria do capital humano e consolidando o que, para o neoliberalismo, tem-se como estratégia, pois transforma a educação em um serviço voltado à alienação do trabalhador para atingir a produtividade máxima. Como aponta Frigotto (2010), a educação no capitalismo periférico é reduzida ao adestramento e, no Pará, essa lógica se



reflete em itinerários formativos que canalizam o jovem para ocupações de baixa qualificação, sob o pretexto da "empregabilidade".

REFERÊNCIAS

AKKARI, A. **Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2011.

FRIGOTTO, G. Contexto e Sentido Ontológico, Epistemológico e Político da Inversão da Relação Educação e Trabalho para Trabalho e Educação. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 10, n. 20, julho/dezembro de 2010.

KRAWCZYK, N. Ensino Médio: empresários dão as cartas na escola pública. **Revista Educação e Sociedade**, v.35, n.126, p.21 - 41, jan/mar, 2014.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, 2014.

SHIROMA E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. 4.ed. RJ: Lamparina, 2011.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. **Conversão das “almas” pela liturgia da palavra: uma análise do discurso do movimento Todos pela Educação**. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Org.). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 222- 247.

